

**RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.215 - MG
(2015/0096985-4)**

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE : **CARLOS JOSÉ REIS SILVA**
ADVOGADO : **TARCISIO MACIEL CHAVES DE MENDONÇA E OUTRO(S) -**
MG083893
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
INTERES. : **ROGÉRIO TADEU PEREIRA**
INTERES. : **PAULO AFONSO DE OLIVEIRA**
INTERES. : **LUIZ CARLOS DE AZEVEDO**
ADVOGADO : **AGUINALDO OLÍMPIO ROCHA JÚNIOR E OUTRO(S) -**
MG035098

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO. POSIÇÕES ANTAGÔNICAS NO
PROCESSO PENAL. RECONHECIMENTO DA
REPERCUSSÃO GERAL NO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL. TEMA 496/STF. SOBRESTAMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CARLOS JOSÉ REIS SILVA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 786):

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
RECURSO FUNDAMENTADO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO
CONSTITUCIONAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.
COMPROVAÇÃO. DIVERGÊNCIA NOTÓRIA. VIOLAÇÃO AO
PRINCÍPIO DA UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
OCORRÊNCIA. AUTONOMIA FUNCIONAL. AUSÊNCIA DE
SUBORDINAÇÃO INTELECTUAL.

1. Para a comprovação da divergência faz-se necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e os divergentes, com a demonstração da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa emprestada ao mesmo dispositivo de legislação infraconstitucional, o que ocorreu na espécie acerca do tema trazido à discussão no recurso especial.

2. Diante da independência e autonomia funcionais garantidas aos membros do Ministério Público "esses não estão vinculados às manifestações anteriormente apresentadas pelos seus antecessores, motivo pelo qual não há subordinação intelectual entre eles, o que permite que cada um atue dentro de sua convicção e dos limites impostos pela lei. Como decorrência lógica, a atuação dos membros do Ministério Público é independente, sendo perfeitamente admissível que um de seus membros emita parecer em sentido oposto àquele defendido por outro representante ministerial em recurso interposto em momento processual posterior, sem que tal divergência de posicionamento de membros do

Parquet configure esvaziamento de interesse recursal ou violação aos princípios da unidade e da independência funcional (art. 127, § 1º, da CF)" (AgRg no REsp 1712934/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019).

3. Agravo regimental desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, a teor da seguinte ementa (fl. 808):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. MINISTÉRIO PÚBLICO. MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL ANTECESSOR CONTRÁRIO AO INTERESSE RECURSAL. POSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, aos acórdãos proferidos pelos tribunais de apelação, câmaras ou turmas poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 2 dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, tendo a jurisprudência desta Corte Superior os admitido, também, com o fito de sanar eventual erro material na decisão embargada. Precedentes.

2. No caso concreto, o acórdão embargado apresenta fundamentação respaldada por pacífica jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual, a manifestação anterior de membro do Ministério Público oficiante em determinado caso não vincula a atuação daquele que, posteriormente, o substitui. E isso justamente porque, apesar de uno e indivisível, não há hierarquia intelectual entre os integrantes da carreira ministerial, os quais, ao contrário, são dotados de independência funcional para conduzirem suas atividades típicas.

3. Não se verifica, assim, a omissão suscitada pelo embargante, de modo que a rejeição do recurso integrativo se torna a única medida cabível na presente hipótese.

4. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 818/824), afirma a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido viola o disposto no art. 127, §1º, da Constituição Federal.

Argumenta que, tendo um membro do Ministério Público Federal pedido sua absolvição sumária, por ocasião das alegações finais, não poderia outro integrante daquela Instituição recorrer da sentença absolutória, manejando apelação.

Sustenta a tese de que houve preclusão lógica e violação dos princípios da independência funcional dos membros do Ministério Público e da unidade da Instituição.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 835/838.

É o relatório.

Como visto, o acórdão objeto do Recurso Extraordinário decidiu ser possível que membros diferentes do Ministério Público se pronunciem, no processo penal, com posições antagônicas. Não há, segundo o julgamento, violação aos princípios da unidade e da

Superior Tribunal de Justiça

independência funcional.

A questão encontra-se com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, no RE nº 590.908/RG/AL (Tema 496/STF):

MINISTÉRIO PÚBLICO - ATUAÇÃO - POSIÇÕES
DIVERGENTES NO PROCESSO - IMPRONÚNCIA -
MANIFESTAÇÃO NO MESMO SENTIDO - RECURSO
POSTERIOR - INADMISSIBILIDADE NA ORIGEM - RECURSO
EXTRAORDINÁRIO - REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA.
Possui repercussão geral a controvérsia acerca da possibilidade de o
Ministério Público, havendo se manifestado pela impronúncia do acusado,
vir a interpor recurso contra decisão no mesmo sentido.

O mencionado extraordinário ainda não teve o seu mérito julgado e, portanto, mister se faz aguardar o desfecho do tema na Suprema Corte.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento** deste recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do **Tema 496/STF** (Recurso Extraordinário 590.908/AL) da sistemática da repercussão geral.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente